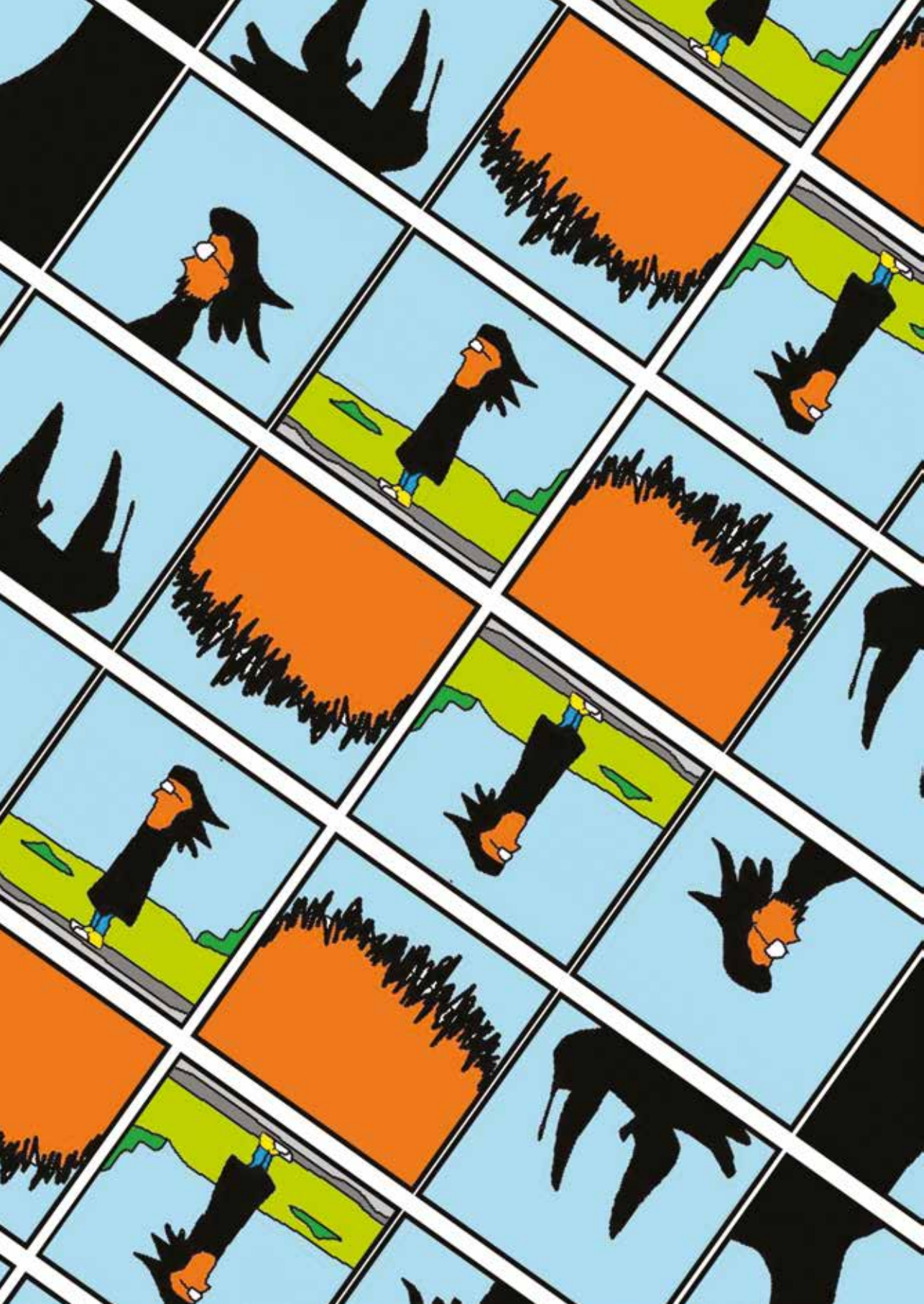


Dossiê

“Fazeres epistêmico-antropológicos: reflexões
sobre educação e comunidades de surdos”



DOSSIÊ

**FAZERES EPISTÊMICO-ANTROPOLÓGICOS:
REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO E
COMUNIDADES DE SURDOS**

Epistemic-anthropological actions: reflections on education and
communities of the deaf

ORGANIZADORA

MARIA IZABEL GARCIA (DESU-INES)

O convite para organizar o Dossiê desta edição da Revista Espaço foi realizado pela Profa. Cristiane Correia Taveira. Aceitei com prazer o desafio. Nessa ocasião, me encontrava em período de transição institucional, da Universidade Federal Fluminense (UFF) para o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)/ Departamento de Ensino Superior (DESU). Desse modo, me encontrava em fase de adaptação quanto às diferenças de trâmites institucionais.

Após o aceite, comecei a pensar a linha de debate que este dossiê teria. Assim, achei interessante trazer uma discussão que tratasse não só das questões epistemológicas implicadas na educação inclusiva e bilíngue – essa última almejada por grande parte das comunidades de surdos – como também que mostrasse a diversidade no âmbito brasileiro, por meio de pesquisas com

surdos indígenas e de experiências de professoras surdas em seu cotidiano no espaço acadêmico, constituído em sua maioria por discentes ouvintes.

Por que a escolha por esse encaminhamento temático para essa edição da Revista Espaço? Em primeiro lugar, por acreditar ser pertinente tratar de uma discussão que, apesar dos séculos, permanece extremamente atual. Sequer, como pesquisadores e educadores, demos conta de categorias como ‘educação excepcional’, ‘educação especial’ e, mais recentemente, a chamada ‘educação inclusiva’. Educação esta não aceita pela maioria dos pesquisadores e educadores surdos. Os mesmos reivindicam em grande parte do nosso território – arrisco dizer que em quase toda a América Latina – uma educação bilíngue, ou seja, que contemple a língua de sinais (língua de modalidade gesto-visual) como L1 (primeira língua) e a Língua Portuguesa escrita (língua de modalidade áudio-oral) como L2 (segunda língua).

Obviamente, ao tratarmos de qualquer tema, nunca devemos tê-lo como homogêneo e singular. Todos esses conceitos e categorias carregam uma heterogeneidade e uma diversidade de discursos e práticas. Muitas delas, por vezes, antagônicas. Portanto, não podemos afirmar ainda o que vem a ser uma educação especial, uma educação inclusiva ou mesmo uma educação bilíngue. Apenas podemos afirmar essa existência, essa potência que membros de diversos grupos minoritários fazem emergir.

Pensando essas questões, podemos perceber as relações de força existentes no espaço escolar/acadêmico para aqueles pertencentes aos grupos minoritários. No caso desta edição, essa minoria terá como principal vetor o fato de ser uma minoria linguística: os surdos e a língua de sinais.

Após esse preâmbulo, passo a apresentar uma síntese da contribuição de cada autor.

O primeiro artigo, intitulado “Comprensión epistemológica de la Educación Inclusiva: discusiones analítico-metodológicas” é de autoria de Aldo Ocampo Gonzalez, doutor em Ciências de Educação pela Universidade de Granada, doutorando em Filosofia pela Universidade de Granada e diretor do Centro de Estudios de Educación Inclusiva (CELEI). No artigo, é apresentada uma reflexão bastante acurada das diferentes interfaces que atravessam o campo da educação inclusiva. Para tal, o autor se baseia no fato de que essa área nos remete à junção de saberes que, por mais que sejam referências em diferentes textos, não

são promovidos num esforço contínuo nas práticas educacionais voltadas a esses públicos-alvo. Para pensar essas questões, o autor faz uso das concepções desenvolvidas por autores como Deleuze, Foucault, Derrida, dentre outros.

Na sequência, temos o “Documento de Posicionamento da WFD sobre a Educação Inclusiva”, traduzido para português e Libras (Língua Brasileira de Sinais) por Stephanie Caroline Alves Vasconcelos, mestre em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e tradutora/intérprete de Libras-Português do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Ao término da excelente tradução do documento da *World Federation of Deaf* (WFD), a tradutora faz uma breve nota estabelecendo uma relação com a educação de surdos brasileiros. O texto foi publicado com a devida autorização da WFD e pode ser também acessado na versão original, em inglês, no *site* da instituição. A discussão trazida pelo mesmo amplia o que foi debatido no primeiro artigo dessa edição, uma vez que faz um paralelo entre a educação inclusiva e a educação bilíngue. Aponta a importância dos surdos terem participação efetiva como protagonistas dos processos pedagógicos que dizem respeito aos seus pares. E enfatiza que esses processos devem ser construídos em parceria, levando em consideração as demandas educacionais dos surdos, a fim de que possam exercer plenamente sua cidadania.

No artigo “Conhecendo a surdidade”, o autor Luiz André Brito Coelho, mestrando de Ensino de Ciência e Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e professor do magistério superior na mesma instituição, nos brinda com o conceito de surdidade que vem suscitando, nos últimos anos, um interessante debate. O mesmo foi desenvolvido por Paddy Ladd em sua obra *Understanding Deaf Culture: In Search of Deafhood*. Em seu texto é apresentado o conceito de surdidade como forma de romper com as relações de poder e controle exercidos ainda – por que não dizer permanentemente? – pelos educadores ouvintes sobre os surdos e o processo escolar/acadêmico a eles destinado. Desse modo, essa disputa territorial, tão bem sublinhada por Ladd, tem inspirado e oxigenado a discussão em torno de uma maior clareza entre esses diferentes modos de estar e experienciar o mundo.

Os dois próximos artigos estão voltados para pesquisas realizadas com surdos indígenas. No primeiro deles, o autor Marlon Jorge Silva de Azevedo, mestre em Letras e Artes pela Universidade Estado do Amazonas (UEA) e

professor do magistério superior dessa mesma instituição, apresenta um recorte de sua dissertação de mestrado, realizada em 2015, intitulada “Mapeamento e contribuições linguísticas do professor surdo aos índios surdos da etnia Sateré-Mawé na microrregião de Parintins”. O autor historiciza as cidades que compõe essa região geográfica do Amazonas, acrescentando ainda o fato de, no Brasil, existir um número significativo de etnias indígenas, dentre as quais se destacam aquelas com mais de 5 mil indivíduos, como os sateré-mawé, guarani-kaiowá, terena, xavante, yanomami, guajajara, macuxi, caingangue e ticuna. Seu trabalho deu origem ao livro inédito “Mye’ym musu hit: Sateré-Mawé, Libras hawyi Karaiwa pusu” (“Minidicionário trilingue: Indígena Sateré-Mawé, em Libras e Língua Portuguesa”).

Nesse mesmo seguimento dos indígenas surdos, agora na região do Mato Grosso do Sul, temos a autora Shirley Vilhalva, mestre em Linguística pela UFSC e professora do magistério superior pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Em seu artigo “Índios Surdos Guarani e Terena em Mato Grosso do Sul: dez anos de Projeto Índio Surdo e seus desafios familiares, educacionais e linguísticos”, apresenta como se desenvolveu o projeto por ela proposto, realizado em parceria com a Federação Nacional de Integração e Educação dos Surdos (FENEIS), a Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul, a Secretaria Municipal de Educação de Dourados e também as lideranças indígenas das etnias Guarani e Terena. Como resultado desse trabalho, foi publicado o livro “Índios surdos: mapeamento das línguas de sinais do Mato Grosso do Sul”. Cabe ressaltar que na área de pesquisa voltada aos índios surdos, essa é a segunda autora a se aprofundar nas línguas de sinais indígenas. A primeira delas foi a Profa. Lucinda Ferreira Brito, que desenvolveu um trabalho sobre surdos da etnia indígena Urubu-Kaapor, na região do Maranhão.

O último artigo, intitulado “Uso dos recursos visuais e didáticos nas salas inclusivas em três cidades do estado do Rio de Janeiro”, foi escrito por três professoras que apresentam suas experiências no ensino da Libras para alunos ouvintes. A autora Ana Regina e Sousa Campello, doutora em Educação pela UFSC e professora do magistério superior do INES/DESU, enfatiza a importância da visualidade no ensino de língua de sinais. Para tal, ela se apropria de uma nova categoria – a pedagogia visual – que deve ser usada quando

se trata de alunos surdos, ressaltando assim, uma vez mais, a urgência de uma metodologia educacional que se oponha à pedagogia ouvintista, usada pela maioria dos professores ouvintes na relação ensino-aprendizagem de surdos, uma vez que a mesma não contempla as necessidades educativas dos mesmos. Já a autora Luciane Cruz Silveira, mestre em Diversidade e Inclusão pela UFF e professora do magistério superior do INES/DESU, apresenta um recorte de sua pesquisa de mestrado, realizada em 2015, cujo o objetivo foi construir um pequeno glossário de ciências biológicas e da natureza, de modo a propiciar não só a ampliação do léxico da Libras, como também difundir o mesmo para que tradutores/intérpretes de Libras-Português e discentes surdos pudessem se apropriar dos conceitos dessa área em particular. Esse glossário ainda se encontra em fase de tramitação para ser disponibilizado ao público. Por fim, mas não menos importante, temos a experiência da autora Luciane Rangel Rodrigues, mestre em Diversidade e Inclusão pela UFF e professora do magistério superior da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). A autora discute a importância da implementação do ensino de Libras como L2 a crianças ouvintes, uma vez ela considera um público bastante propício para a aquisição de uma L2, nesse caso a língua de sinais, não só em seus aspectos gramaticais, mas principalmente por não serem propensos a olhar as pessoas surdas como desprovidas de capacidade intelectual, tal qual as pessoas ouvintes. Desse modo, seu interesse atual vem sendo o aprimoramento e o incentivo do ensino da Libras a crianças ouvintes das redes públicas brasileiras.

Diante do exposto acima, espero que todos possam fazer bom proveito dessa edição da Revista Espaço e que a mesma possa corroborar com o protagonismo desse grupo social que, embora pertença a uma minoria linguística, não se calará.

Boa leitura a todos!

Maria Izabel Garcia

